

**Análise da Proposta de Qualificação para o
Mundo do Trabalho no Programa Nacional de
Inclusão de Jovens – PROJOVEM¹**

*Analysis of the Proposal of Qualification for the
World of the Work in the National Program of
Inclusion of Young – PROJOVEM*

**Paula Regina Lima de MORAES²
Pollyanna Fausta Pimentel de MEDEIROS³**

RESUMO

A discussão das políticas sociais configura um tema complexo e oportuno no seio das ciências sociais, políticas e econômicas, desde a segunda metade do século XX. Concomitantemente, a discussão sobre o tema juventude está presente nas mais diversas intervenções sociais. Apesar de 20% dos brasileiros serem jovens, as políticas públicas voltadas para estes, se desenvolveram de

¹ A discussão apresentada neste artigo foi parte do trabalho de conclusão da Especialização em Ciência Política, pela Universidade Católica de Pernambuco, sob orientação do Prof. Dr. José Afonso Chaves.

² Assistente Social, Especialista em Ciência Política pela UNICAP.

³ Assistente Social, Mestranda em Saúde Coletiva do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva do Núcleo de Saúde Pública e Desenvolvimento Social – NUSP/UFPE.

forma lenta e ainda são incipientes. Quanto à evolução destas políticas, no Brasil, de 1990 até o ano de 2004 não havia a garantia, na agenda governamental, da temática da juventude. Apenas no ano seguinte se dá a criação de uma política nacional específica. Considerando as principais demandas deste segmento: taxa de analfabetismo e baixa qualidade de ensino, desemprego e/ou subemprego, taxa de mortalidade por causas violentas, renda familiar per capita, entre outros indicadores, é implantado o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, em 1º de fevereiro de 2005, como parte integrante e central da Política Nacional de Juventude. Dentre os indicadores basais, para a intervenção por este projeto, encontra-se o de “qualificação para o mundo do trabalho”, elemento-chave para a discussão proposta neste artigo, e que fazemos a partir da aproximação teórica e conceitual das políticas social e econômica, bem como sobre a categoria trabalho.

Palavras-chave: Política Pública, Juventude e Trabalho.

ABSTRACT

The discussion about social politics is a complex and opportune theme in the breast of social, political and economical sciences, since the second half of the 20th century. At the same time, the discussion on the youth theme is present in the most diverse social interventions. Although 20% of the Brazilians are young, public policies aiming at this group were developed in a slow and still way and are yet incipient. As for the evolution of these policies, in Brazil, from 1990 to the year of 2004 there was not the warranty, in the government calendar, of the inclusion of the youth's theme.

Only the following year brings the creation of a specific national policy. On February 1st, 2005 the National Program of Inclusion of the Youth – so called ProJovem (“ProYouth”)– was launched as integral and central part of Youth's National Politics, taking into account the main demands of this segment: illiteracy tax and low teaching quality, unemployment and/or underemployment, mortality tax for violent causes, family per capita income, among other indicators. Amongst the basal indicators, for the intervention of this project, there is the “qualification for the job market”, key ingredient for the discussion proposed in this article, and we do so starting from the theoretical and conceptual approach of the social and economical politics, as well as on the working category.

Keywords: Public politics, Youth and Work.

INTRODUÇÃO

No Brasil, as políticas públicas voltadas para a juventude se desenvolveram de forma lenta e ainda são muito incipientes, sendo conseqüentemente, fragilizadas no que diz respeito à inserção social, trabalho, acesso à saúde, educação, estímulo à participação política, proteção social, dentre outros aspectos.

De um modo geral, as políticas sociais, no Brasil, foram geridas sob o signo da exclusão social e do elitismo, próprio do modelo neoliberal introjetado. Não obstante os sensíveis avanços percebidos, sabe-se que as políticas sociais de juventude convivem, no interior do aparelho do mesmo Estado, com diferentes orientações e podem disputar recursos e operar diferentes definições de prioridades em face de outras políticas.

Ao longo da história, as intervenções relativas a esta categoria etária variaram da tradicional cidadania tutelada às propostas baseadas em modelos participativos e democráticos. Considerando, invariavelmente, o predomínio de uma outra forma de intervenção, temos que algumas formulações em torno dos segmentos juvenis e da juventude têm sido mais fortemente reiteradas nos últimos anos.

Recentemente, o país conviveu com mudanças expressas nestas políticas, fruto de diversas iniciativas e que poderão confluir para a construção de um novo paradigma em torno da questão. Trata-se o caso do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, implantado em 1º de fevereiro de 2005, como parte integrante da Política Nacional de Juventude, até então, inédita no país.

Não por acaso, fez-se necessária a definição do lugar da condição juvenil na agenda governamental no atual contexto brasileiro, uma vez que essa categoria etária – situada, de acordo com o critério das Nações Unidas, entre 15 e 24 anos – somam hoje 34 milhões, um percentual de 20% dos cidadãos.

O presente artigo esboça um esforço para demonstrar a necessidade de estabelecer os nexos entre a realização de políticas públicas para a juventude – com clara defesa dos jovens como sujeitos de direitos – e a capacidade do jovem tornar-se ser social, produção e reprodução de sua existência, a partir do trabalho. Bem como, a análise, a partir do documento de apresentação do ProJovem, da proposta de

qualificação para o mundo do trabalho neste projeto, discutindo a lógica da transferência de renda.

DESENVOLVIMENTO

Para nossa discussão central, adotaremos o entendimento de política pública como coisa pública, sob a defesa de uma mesma lei e o apoio de uma comunidade de interesses, ou seja, a conversão de decisões privadas em decisões e ações públicas coletivas, demandadas a partir de interesses e escolhas da sociedade, devendo ser controlada pelos seus cidadãos.

A política social, como um dos segmentos da política pública, configura um tema complexo e que tem tomado vulto no seio das ciências sociais, políticas e econômicas, desde a segunda metade do século XX. Estas, atualmente, têm o duplo efeito de legitimar o Estado e atender às necessidades sócio-econômicas, jurídicas e políticas oriundas das relações de produção capitalista, a fim de manter estas relações.

Por ser a política social voltada para o trabalho uma política que extrapola os limites de uma política social específica (MOTA, 2000), esboçaremos, a partir de então, minimamente, o entendimento que compartilhamos sobre a categoria *trabalho*, para posteriormente nos debruçarmos sobre a política social no campo do trabalho, a integralidade com a política econômica e os rebatimentos na formulação de políticas públicas.

Historicamente, o que diferencia o homem de outras formas não humanas é a capacidade de tornar-se ser social, produção e reprodução de sua existência, a partir do trabalho. De acordo com Marx (1971, p. 50 *apud* ANTUNES, 2005, p. 91),

O trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade –, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana.

Ao que Lukács complementa afirmando que, “a gênese do ser social, sua separação frente à sua própria base originária e também o seu vir-a-ser, estão fundadas no trabalho, isto é na contínua realização de posições teleológicas” (1981, p. 19 e 24 *apud* ANTUNES, 2005, p. 91).

Para avançarmos na (pretensiosa) tarefa de compreendermos a categoria ora discutida a luz de Marx, faz-se necessária uma aproximação quanto a distinção que este faz em relação ao *trabalho abstrato* e *trabalho concreto*. O trabalho abstrato está ligado a um sentido mais fisiológico do dispêndio da força humana; cria o valor das mercadorias, valor de troca em sua dimensão abstrata. Consiste na execução cotidiana do trabalho, que sob o molde do capitalismo, assume a forma estranhada, fetichizada, alienada, denominado por Marx de *Labour* (ANTUNES, 2005).

Em relação ao trabalho concreto, este consiste em uma forma especial de dispêndio da força humana por ter um determinado fim; produz valor-de-uso, coisas socialmente úteis e necessárias. Entendido como atividade genérico-social que transcende a vida cotidiana, promovendo o intercâmbio entre o ser social e a natureza, ao que Marx denominou de *work*⁴ (Idem, 2005).

A clareza desta dupla dimensão do fenômeno trabalho é indispensável para compreendermos os efeitos da sociedade capitalista sobre o mesmo. Numa sociedade capitalista, a lógica está apoiada em um sistema produtor de mercadorias, voltado para a acumulação, para o lucro. O capital “engloba desde a esfera da produção até o consumo, desde o plano da materialidade ao mundo das idealidades” (Idem, 2005: 89). Tudo pode ser reificado, coisificado, ou seja, tudo pode ser transformado em mercadoria, e assim o faz também em relação à força de trabalho.

O trabalho torna-se estranhado, pois como o fim último do capitalismo consiste no valor de troca, logo, o que seria a realização do ser social, torna-se o seu meio de vida, a forma de satisfazer as necessidades mínimas de sua sobrevivência: “desfigurado, o trabalho torna-se meio e não “primeira necessidade” de realização humana (...) o trabalhador decai a uma mercadoria e a mais miserável mercadoria, torna-se “um ser estranho a ele, um meio da sua existência individual” (ANTUNES, 2005, p. 126).

No tocante à discussão proposta para este estudo, entendemos que a emancipação humana – a sua realização no e pelo trabalho – é inviável numa sociedade orquestrada pelos ditames capitalistas. No entanto, “a ideologia da normalidade pressupõe que o indivíduo possa

⁴ Cuidemos ser esta distinção – *labour* e *work* – de cunho mais metodológico que excludente, haja vista que a dimensão concreta está inteira subordinada à sua dimensão abstrata (ANTUNES, 2005).

trabalhar para poder, normalmente, com o salário obtido, satisfazer as suas necessidades de subsistência e as de sua família. O trabalho é o critério de vida normal para viver bem” (FALEIROS, 1985, p. 58). Neste sentido, temos uma clara sobreposição do *valor de troca* sobre o *valor-de-uso*, movimento próprio do capitalismo. É é diante da realidade da exploração capitalista e da correlação de forças sociais que se gestam as políticas sociais.

Assim, diante do exposto até o presente momento, podemos considerar um equívoco tomar a dimensão do trabalho – no seu sentido concreto – como algo possível no âmbito das políticas sociais. No entanto, compreendemos que as demandas emergentes da pobreza, como questão social⁵, reclamam medidas que, no plano de uma sociedade capitalista, recaem sobre esta forma de intervenção.

De acordo com Laurell (1995, p. 151),

a queda vertiginosa dos salários e o crescente aumento do sub e do desemprego na América Latina da última década leva ao reconhecimento unânime de que houve nesses anos um retrocesso social dramático; o problema revela-se no empobrecimento generalizado da população trabalhadora e na incorporação de novos grupos sociais à condição de pobreza ou extrema pobreza.

No caso do Brasil, apesar da construção tardia de uma sociedade fundada no trabalho assalariado, o trabalho adquiriu centralidade nas políticas sociais. Não raro, “a gestão estatal do trabalho, através das políticas sociais, incide, prioritariamente, sobre a organização do mercado de trabalhos, a reprodução ampliada da força de trabalho e a regulação de normas de produção e de consumo” (MOTA, 2000, p. 173).

O perene aumento da pobreza e das desigualdades sociais intensificados, no Brasil, a partir dos anos de 1990, reforça a busca por políticas públicas que assegurem – por meio da educação, emprego e proteção social – “maior participação, tanto no mundo global, como na construção e na repartição dos benefícios do desenvolvimento econômico” (CEPAL, 2002, p. 307 *apud* STEIN, 2003).

⁵ Questão social, que pode ser entendida como a transformação de necessidades sociais em questões que são incorporadas na agenda pública e nas arenas decisórias (SOUZA *et alii*, 2005).

Em relação às políticas econômicas – entendidas como “a intervenção do governo na economia com o objetivo de manter elevados níveis de emprego e elevadas taxas de crescimento econômico com estabilidade de preços” (GREMAUD *et al.* 2002, p. 190) – as estratégias de fortalecimento do crescimento e da equidade não devem constituir objetivos díspares entre estas e as políticas sociais, antes deve ser objetivo comum a ambas,

Crescimento e equidade são, portanto, produtos tanto da política econômica como da política social, o que requer um enfoque integrado, isto é, somente a política pública em seu conjunto pode propiciar a transformação produtiva e a equidade. As questões sociais requerem, para seu enfrentamento, uma concepção unificada das políticas econômicas e sociais que ultrapasse a idéia de que o crescimento constitui finalidade da primeira e a distribuição finalidade da segunda respectivamente (STEIN, 2003, p. 163).

Contudo, é sabido que uma conjuntura marcada por forças do capital, rechaça a integralidade destas políticas, localizando – ideologicamente – no mercado a alternativa viável ante a inoperância do Estado. Em contrapartida, o denunciante quadro de desigualdade vivenciado pelos setores pobres ou próximos à linha de pobreza aponta para a falácia desta *alternativa*.

Consideramos de fundamental importância a reflexão sobre os significados do trabalho, da política social e da política econômica, tendo em vista suas complexidades e implicações para a discussão quanto à formulação de políticas públicas sociais para o segmento juvenil.

Pode-se dizer que, no que concerne à evolução das políticas de juventude no Brasil, há um esboço a partir da década de 1980, onde, diante da efervescência das mobilizações sociais, reclamava-se a defesa dos direitos da criança e do adolescente que culminou, na década de 1990, na aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em que, a partir de então, considera-os como sujeitos de direitos, seres em desenvolvimento e com prioridades absolutas (CARVALHO, 2000).

Em relação à problemática da juventude, apesar da conquista quando da aprovação do ECA, a atenção aos jovens com mais de 18 anos permaneceu fora do foco da ação pública e social até a primeira metade dos anos de 1990, e assim, a abrangência aos jovens, por políticas sociais, se dava de forma diluída dentro das destinadas a todas as demais faixas etárias.

No entanto, não por acaso, o tratamento ao tema da juventude, no plano das políticas federais, ganha expressivo reconhecimento, sobretudo a partir desta década: a crescente população jovem passa a configurar, salvo os equívocos que daí advenha, a população alvo mais vulnerável ao conceitualmente (e usualmente) chamado *risco social*.

De acordo com Rua (2006), os problemas reais, identificados principalmente na área da saúde, da segurança pública, do trabalho e emprego, dão a materialidade imediata para se pensar as políticas de juventude sob a égide dos problemas sociais a serem combatidos. Urge, então, pensar estratégias de enfrentamento dos *problemas da juventude*.

Assim, para o segmento juvenil, acompanhando o movimento de transferência das responsabilidades do Estado para a sociedade civil, aliado ao expressivo aumento do número de Organizações Não Governamentais (ONGs), começam a ser geridos programas sociais voltados para a resolução/minimização dos problemas mais graves vividos pelos jovens (e não apenas as crianças e adolescentes).

Segundo Abad (2002), é possível, à luz de outros autores, estabelecer quatro distintos modelos de políticas de juventude, entre 1950 e 2000: a) a ampliação da educação e uso do tempo livre (entre 1950 e 1980); b) o controle social de setores juvenis mobilizados (entre 1970 e 1985); c) o enfrentamento da pobreza e prevenção do delito (entre 1985 e 2000); e d) a inserção laboral de jovens excluídos (entre 1990 e 2000).

Rua (2006, p. 41), ao analisar as iniciativas relacionadas às políticas públicas voltadas ao jovem, no período de 1995 a 2002, o fazem de forma crítica ao identificar que

nenhum órgão da administração federal demonstrou capacidade de concentrar e publicar informações acerca das políticas de juventude. Neste sentido, um dos primeiros diagnósticos se relaciona com a constatação da ausência de registros sobre a avaliação e o acompanhamento gerencial das políticas (...) mas o que foi divulgado não foi suficiente para a percepção do conjunto das ações realizadas e seus resultados na área da juventude.

Apesar de extensa a lista de programas que incidiram sobre a juventude no âmbito federal, entre 1999 e 2002, constata-se que não

havia uma totalidade orgânica naquilo que se refere à sua focalização no segmento jovem, seja por se dirigir explicitamente a adolescentes e/ou jovens (sem levar em consideração as distintas *juventude brasileiras*), seja por não haver clara definição entre crianças e adolescentes ou jovens e adultos, seja ainda por se dirigir à população jovem apenas de modo incidental (RUA, 2006).

De acordo com o Documento de Conclusão do Projeto Juventude / INSTITUTO CIDADANIA (2004, p. 17): “nos últimos quinze anos, cresceram as ações, tanto do Estado como de diversos setores da sociedade, na defesa dos direitos das crianças e adolescentes, embora a distância entre o estabelecido na lei e a realidade permanece grande”.

Apesar de, no Brasil, a população de jovens perfazer, um percentual de 20% dos cidadãos, apenas a partir de 2003, se deu a inclusão legítima da problemática da juventude na agenda governamental (INSTITUTO CIDADANIA, 2004).

A articulação de diversos ministérios culminou em 1º de fevereiro de 2005, na aprovação de uma Política Nacional voltada diretamente para a Juventude, na mesma ocasião, foram criados o Conselho Nacional de Juventude, a Secretaria Nacional de Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – ProJovem, considerado “um componente estratégico da Política Nacional de Juventude, do Governo Federal, sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República em parceria com o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome” (SALGADO, 2005, p. 11).

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/2001 (INSTITUTO CIDADANIA, 2004, p. 33), o segmento de jovens de 15 a 24 anos de idade, trata-se de um “recorte etário que requer especial atenção por parte dos responsáveis diretos pelo planejamento nacional, e até mesmo pela sua administração. De início, basta citar que estes jovens formam o conjunto de pessoas que, efetivamente, pressiona a economia para a criação de novos postos de trabalho”.

Os últimos dados lançados pela UNESCO, em março de 2004, revelaram através do *Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2003*, a situação social e econômica dos jovens brasileiros na faixa de 15 a 24 anos, com foco em três áreas centrais: educação (condições para o conhecimento), renda e atividades de estudo e trabalho (condições para

um nível de vida digno) e saúde (condições para uma vida longa e saudável). De acordo com este documento, as três áreas foram mapeadas a partir dos seguintes indicadores: Taxa de analfabetismo de jovens; Escolarização adequada; Qualidade do ensino; Taxa de mortalidade por causas violentas; Taxa de mortalidade por causas internas; Renda familiar per capita dos jovens.

A partir deste relatório, pôde-se concluir, dentre outros aspectos, que a má distribuição de renda reforça a vulnerabilidade, especialmente entre os brancos pobres e os afrodescendentes, e entre os residentes nas regiões Norte e Nordeste; o limitado acesso às condições dignas de educação e ao mercado de trabalho amplia a indefinição das atividades exercidas pelos jovens; as médias de anos de estudo em algumas unidades federativas não chegam aos 8 anos (e em algumas não atingem 5 anos) entre jovens de 15 a 24 anos; a crescente demanda por vagas no ensino médio e no ensino superior não configuram, de acordo com dados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), qualidade de acesso ao conhecimento; e, estes dados apontam ainda que, a mortalidade juvenil vem crescendo historicamente, sendo sua principal causa os fatos violentos (UNESCO, 2005).

Os dados apresentados anteriormente ratificam a magnitude da problemática juvenil e convoca a emergência de estratégias políticas criativas de enfrentamento da crescente pobreza e desigualdades sociais, que desembocam em tantas outras demandas postas por este segmento populacional.

De acordo com sua formulação, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – ProJovem constitui uma dessas estratégias, “aos participantes, o ProJovem oferecerá oportunidades de elevação da escolaridade, de qualificação profissional e de planejamento e execução de ações comunitárias de interesse público” (SALGADO, 2005, p. 11). Para tanto, sua intervenção se deu a partir dos seguintes indicadores:

- Acesso restrito à educação de qualidade e frágeis condições para permanência nos sistemas escolares;
- Inadequação da qualificação para o mundo do trabalho;
- Envolvimento com drogas, gravidez precoce, mortes por causas externas (homicídio, trânsito e suicídio);
- Baixo acesso às atividades de esporte, lazer e cultura.

O fato de ser um projeto gerido, à época, numa nova conjuntura política, não eximiu o ProJovem das influências neoliberais. Laurell chama a atenção para o fato de que, “o neoliberalismo opõe-se radicalmente à universalidade, igualdade e gratuidade dos serviços sociais (...) as quatro estratégias concretas da implantação da política social neoliberal são o corte dos gastos sociais, a privatização, a centralização dos gastos sociais públicos em programas seletivos contra a pobreza e a descentralização” (1995, p. 163-167).

Ante a ideologia do projeto, o elemento conceitual, enunciado no ProJovem, que nos convida à reflexão crítica, consiste na categoria *trabalho*, em que temos, a luz do projeto, a seguinte definição

Define-se aqui o trabalho como uma prática social específica, de caráter histórico e cultural, por meio da qual o ser humano constrói suas condições de existência. Nessa perspectiva, é constituinte do sujeito na sua totalidade: é o espaço onde ele se realiza enquanto produtor de si mesmo e produtor de cultura. Na concepção do Programa, a qualificação para o trabalho, considerado também a dimensão subjetiva do trabalho, remete ao desenvolvimento de habilidades, ao autoconhecimento, à sociabilidade, à realização pessoal, simultaneamente à preparação para uma inserção ocupacional, que possa assegurar renda aos jovens participantes e leva-los à autonomia (Ibidem, 2005, p. 17).

Ideologicamente, o ProJovem se propôs a realização do sujeito jovem através da emancipação pelo trabalho, “o espaço onde ele se realiza enquanto produtor de si mesmo e produtor de cultura”, mas, na realidade vem repetindo práticas sociais baseadas em propostas de “qualificação” ou “capacitação” questionáveis. Ao nosso ver, a prática de transferência de renda, por exemplo, não condiz com a definição dada, por MARX, ao trabalho como *atividade genérico-social que transcende a vida cotidiana*, discutido no primeiro momento. Neste sentido, compartilhamos da seguinte colocação, feita por Demo (2003, p. 95-96),

defendem-se políticas compensatórias, sem atinar que elas apenas agravam a desigualdade, já que em vez de “capacitar” o pobre, o confirmam na miséria. Ignora-se por completo a marca política da pobreza, que não se reduz à carência material ou falta de renda, mas é,

fundamentalmente, confronto desigual. Assistência como direito radical de sobrevivência é política essencial, direito inalienável, e diferencia-se crucialmente de políticas compensatórias. Ademais, seria incrível querer dar conta de pobreza reconhecida como estrutural com iniciativas pontuais, transitórias e declaradamente inócuas, como foi o caso no governo passado, cujo ícone maior foram os “quinze reais” do Programa Bolsa-Escola. Isto sim é apenas compensatório e por isso não apenas ínfimo, mas sobretudo imbecilizante.

Um claro exemplo desta estratégia capitalista pôde ser vivenciado, no Brasil, após os anos de 1930, data-se deste período “a iniciativa do patronato brasileiro na criação das instituições como o Serviço de Aprendizagem Industrial (Senai), o Serviço Social da Indústria (Sesi), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e o Serviço Social do Comércio (Sesc). Estas últimas, diferentemente das instituições estatais, estavam voltadas para a reprodução ampliada da força de trabalho. Seus alvos eram a família operária, a educação profissional, o lazer e o comunitarismo fabril” (MOTA, 2000, p. 172).

Mesmo considerando o ineditismo e a recém-implantação do ProJovem, acreditamos não ser interessante incorrer na reprodução dos velhos clientelismos políticos no trato com jovens; estes precisam ser reconhecidos como parceiros e atores relevantes e não, apenas, usuários potenciais dos programas.

Em que pese todos os avanços das políticas públicas de juventude, vemos que as intervenções exprimem ainda a idéia básica de superação dos problemas vividos pelos jovens, sua situação de vulnerabilidade e, portanto, a meta fixada incide sobre o combate aos problemas pontuais: escolaridade, desemprego, violência, drogas, gravidez não planejada, etc. Urge uma proposta madura de discussão sobre a questão social que circunda e seqüela este segmento populacional; outros *hiatos*, além dos anunciados dentre os *conceitos básicos* do ProJovem, precisam ser superados.

CONCLUSÃO

Ainda que sejam postas em tela as limitações no campo das políticas sociais, marcadas no Brasil pelo signo da excludência social e

do elitismo político, a implantação do ProJovem parece apontar o caminho para que as ações desenvolvidas com a juventude, o tema da participação dos jovens na formulação, implantação, execução e avaliação das políticas estejam, ao menos, no horizonte das ações. É preciso reconhecer, ainda que, entre a formulação dos princípios e as ações podem ocorrer retenções, revisões e correções de eventuais lapsos que demandarão estudos qualitativos aprofundados, a fim de aprimorar as práticas e intervenções.

Procuramos analisar, neste breve artigo, qual o compromisso do ProJovem, como instrumento central de uma inovadora proposta de Política Nacional de juventude, na construção emancipatória do jovem como sujeito de direitos, a partir do que é apontado no documento de apresentação como *qualificação para o mundo do trabalho*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAD, Miguel. Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relacion entre convivencia, ciudadanía y nueva condicion juvenil. In: **Última Década**, Viña del Mar: CIDPA, nº 16, p. 119-155, 2002.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, p.199, 2005.

CARVALHO, Denise B. B. Políticas Sociais Setoriais e por segmento. Criança e Adolescente. In: **Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Módulo 3**. Capacitação em Serviço Social. Brasília: CFESS – ABESPSS – CEAD/NES – UNB, p.185-199, 2000.

DEMO, Pedro. "Focalização" de políticas sociais: debate perdido, mais perdido que a "agenda perdida" In: **Revista Serviço Social e Sociedade**,. São Paulo: Cortez, nº 76, p. 93-114, 2003.

FALEIROS, Vicente de P. As funções da política social no capitalismo. In: **A Política Social do Estado Capitalista: as funções da previdência e assistência sociais**. São Paulo: Cortez, p.216, 1985.

GREMAUD, Amaury P.; VASCONCELLOS, Marco A. S.; de. TONETO JR. **Economia Brasileira Contemporânea**. 4.^a ed. São Paulo: Atlas, p.190-191, 2002.

INSTITUTO CIDADANIA. Documento de conclusão. Versão inicial para discussão, complementação e ajustes. **Projeto Juventude**. São Paulo, p.102, 2004.

LAURELL, Asa C. (org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, p.53-89, 1995.

MOTA, Ana E. Políticas Sociais Setoriais e por segmento. Trabalho. In: **Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Módulo 3**. Capacitação em Serviço Social. Brasília: CFESS – ABESPSS – CEAD/NES – UNB, p. 167-180, 2000.

SALGADO, Maria Umbelina C. (org.). *PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS (ProJovem). Unidade Formativa I: Manual do Educador*. Brasília: Presidência da República do Brasil – Secretaria Geral, p.51, 2005.

STEIN, Rosa H. Capital social, desenvolvimento e políticas públicas. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 73. São Paulo: Cortez, p. 157-193, 2003.

RUA, Maria das Graças. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas – 2 v**. Brasília: CNPD, p. 731-752, 2006.

UNESCO. **Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2003**. Disponível em: <<http://www.unesco.org.br>>. Acesso em: 20 nov. 2005.